

Diário de Cuiabá
13/5/97
64 3

DIÁRIO DE CUIABÁ

Cidades

Cuiabá, terça-feira, 13 de maio de 1997 R3

13 DE MAIO

Remanescentes de quilombos ainda lutam por terras em Livramento

Grupos de consciência negra não reconhecem Lei Áurea como "libertadora"

MARIA ANGÉLICA DE MORAES
Da Reportagem

Hoje, 13 de maio, 108 anos após a abolição da escravidão, nem todos os negros têm o que comemorar. O Grupo de Consciência Negra de Mato Grosso não programou nenhuma atividade em forma de protesto contra o preconceito que os negros ainda têm que enfrentar diariamente. Os remanescentes dos quilombos mato-grossenses, representantes diretos dos escravos, tampouco possuem motivos para fazer festa. Há 50 anos estes remanescentes lutam por 13 mil ha de terras localizadas a 15 km de Livramento, que lhes foram doadas há 104 anos.

A Sesmaria Boa Vida, quilombo de Mata-Cavalo, foi doada pela proprietária, Ana da Silva Tavares, em 1892, aos escravos da fazenda e a alguns empregados brancos. Em 1917, quando teriam que registrar as terras em cartório de Registro de Imóveis, os negros não o fizeram e, em 1946, tiveram suas terras registradas em nome de outra pessoa que alegou desinteresse dos negros. Esta pessoa, em seguida, vendeu parte das terras registradas em seu nome para fazendeiros que, em 1950, exigiram a retirada dos negros entrando em conflito e desagregando a comunidade.

"Os negros simplesmente não foram comunicados na época sobre a necessidade de registrar



O advogado José Orlando Urraro Silva mostra mapa de área disputada por descendentes de quilombos e fazendeiros

as suas áreas e isso resultou em todo este conflito de hoje", explicou o presidente da comissão especial da Sesmaria Boa Vida quilombo Mata-Cavalo, José Orlando Urraro Silva.

Segundo José Orlando, desde esta época os remanescentes vêm sofrendo todo o tipo de ameaças e violências para abandonar as suas terras. No entanto, há um ano a comunidade se uniu a um grupo de brancos, sem-terra, para juntar forças na luta

pelas áreas que lhes são de direito. Todas as ações são acompanhadas por algumas Ongs, Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade e pelo Instituto de Terras de Mato Grosso (Internat).

De acordo com o Centro de Direitos Humanos, hoje somente alguns homens vivem em uma pequena área de 10 hectares, um acampamento montado como forma de pressão para garantir o espaço e mostrar a presença e

determinação dos remanescentes na luta pela área. As famílias, cerca de 600, entre negros e brancos, vivem espalhadas em Livramento, Várzea Grande e Cuiabá, à espera de uma resolução que permita a volta definitiva às suas terras. "Os acampados não têm nenhuma ajuda formal, contam com a solidariedade e colaboração das famílias e amigos para sobreviverem", explicou Joaquim Ventura, do Centro de Direitos Humanos.

Comissão pede desapropriação de parte da sesmaria

Da Reportagem

No ano passado, após todos os conflitos que ocorreram na sesmaria, incluindo a expulsão dos negros e destruição de suas lavouras e criações de animais, foi criada a Comissão Especial de Discriminatória cujo objetivo foi fazer um levantamento da documentação dos fazendeiros que se dizem proprietários de áreas no local da antiga sesmaria.

A ação discriminatória comprovou que alguns fazendeiros, baseados em documentos antigos, eram realmente os proprietários de áreas na região do quilombo Mata-Cavalo. "Como os documentos são antigos, a anulação destes papéis é uma ação muito complexa que levaria anos. A comunidade quer terras agora" explicou o advogado da comissão, José Orlando Urraro Silva.

Para resolver mais rápido o problema a comissão entrou em contato com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrn) pedindo que o órgão desapropriasse e compre, com o objetivo final de assentamento, as áreas destas fazendas, de 5 mil ha ao todo, onde são maiores os conflitos pela posse da terra.

As áreas sul e norte, onde não existem benfeitorias, serão arrecadadas pelo estado através do Internat onde também serão assentadas algumas famílias. A área sul compreende mil ha e a norte são 2.500 ha. "A área total destinada ao assentamento das famílias é de 9 mil ha, mas nem todos os locais serão aproveitados porque

em alguns deles a terra é muito fraca", ressaltou José Orlando.

"Além dos negros há os sem-terra que também precisam ser assentados. Pode não haver terra boa para todos, mas o nosso compromisso é realizar ações discriminatórias em terras de melhor qualidade", afirmou.

Ainda esta semana membros

da Comissão Especial, do Centro de Direitos Humanos, de Ongs relacionadas à luta dos negros e representantes dos remanescentes dos quilombos, deverão se encontrar como governador Dante de Oliveira para pedir a intervenção junto à sede do Incra em Brasília e agilidade no processo de desapropriação. (M.A.M)